

AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM E SINGULARIDADE DA FALA DA CRIANÇA^{*,1}

*Glória Carvalho***

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo focalizar a singularidade da fala da criança em um determinado momento de sua trajetória lingüística. Nesse sentido, através da abordagem de algumas produções verbais infantis, foram levantadas questões sobre os papéis específicos da mãe e do investigador diante de tais produções.

Palavras-chave: aquisição de linguagem; investigador; singularidade; intenção comunicativa.

INTRODUÇÃO

Pretendemos levantar algumas questões sobre a singularidade da fala da criança – em momentos iniciais de sua trajetória lingüística –, dando prosseguimento a um tipo de discussão anteriormente realizada (por exemplo, em CARVALHO, 2003 e 2004). Destacamos que as produções infantis, com seu caráter singular, constituem o objeto de investigação do campo da aquisição de linguagem. Assim, o investigador assumiria, nesse campo de estudo, um compromisso com a singularidade, isto é, com a diferença que o infante representa em relação ao falante de sua língua. Vale realçar que a referida singularidade vem à tona, de forma especialmente visível, através de algumas produções insólitas da criança, ou melhor, através daqueles enunciados que, de acordo com Bowerman (in KESSEL, 1982), não estariam respondendo, claramente, a padrões ou regras da

* Artigo recebido em 5/6/2005 e aprovado em 25/7/2005.

** Professora de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco e pesquisadora do CNPq na área de aquisição de linguagem. E-mail: gmmcarvalho@uol.com.br

língua constituída. Esse tipo de produção foi concebido por De Lemos (2002) do ponto de vista de um efeito de enigma ou de um efeito de estranhamento provocado sobre o adulto, como é o caso do exemplo clássico de uma criança (Adam) registrado por Bellugi: “o que você pensa que eu sou, *um não menino com um não relógio?*”. (No original: “what d’you think I am, *a no boy with no watch?*”) Segundo De Lemos (2002) – com base na concepção psicanalítica de *estranho* (FREUD, 1972, [1919]) –, esse enigma consistiria em uma possibilidade esquecida da língua a qual retornaria, no adulto, através da escuta de enunciados infantis, ou melhor, através da escuta de uma combinação inesperada de significantes, nesses enunciados.

Tentaremos, portanto, a partir de estudos anteriores, colocar em discussão o compromisso do investigador com a singularidade, no campo da aquisição de linguagem, recortando o mencionado efeito de estranhamento e tomando como quadro de referência a abordagem de De Lemos (2000 e 2002). Propõe essa autora que as mudanças que qualificam a trajetória da criança de *infans* a sujeito falante consistem em mudanças de posição, em uma estrutura na qual comparecem o outro (como instanciação da língua), a língua e a fala da criança.

De um modo bem geral, uma primeira posição se caracteriza pelo *espelhamento*, através do qual a fala da criança é constituída, nesse momento inaugural, por fragmentos da fala do outro (mãe). Por sua vez, a mãe reconhece a fala (fragmentária) da criança, colocando-a em uma cadeia verbal – que lhe dá forma e consistência –, ou seja, interpretando-a.² Seria, portanto, esse encontro ou cruzamento inicial entre a fala da mãe e a fala da criança, isto é, esse *espelho* ou *espelhamento* recíproco que permitiria a passagem do infante para as posições seguintes, ao longo de sua trajetória lingüística. Desse modo, o *espelhamento* é destacado como uma função que constitui o sujeito falante. Entretanto, de acordo com o quadro teórico aqui assumido, o outro/intérprete não seria um indivíduo real e, sim, uma instanciação da língua concebida em sua combinatória de significantes. Tal combinatória consiste no funcionamento estrutural da língua, o qual aproxima, metonimicamente, cadeias verbais e substitui, metaforicamente, significantes em pontos (imprevisíveis) dessas cadeias. É nesse sentido que se deve realçar que o *espelhamento* possui um estatuto constituinte, na medida em que se liga, de forma indissociável, a um funcionamento estrutural da língua, o qual se imporia, inevitavelmente, ao sujeito falante; melhor dizendo, a atuação desse

funcionamento não estaria na dependência de características individuais do falante, como seus conhecimentos ou suas intenções.

Com base nessa abordagem, propomos então que o sujeito/intérprete somente se constituiria como investigador, no campo da aquisição de linguagem, através de mudanças de posição em uma estrutura em que comparecem: a sua própria fala, a fala da criança – em sua ligação com a fala do outro (mãe) – e a língua. Assim, admitimos que o espelhamento possuiria, também, a função de constituir o sujeito-investigador, nesse campo, posto que lhe permitiria fazer face ao compromisso de reconhecer a diferença que a fala da criança representa em seu instante de mudança. Supomos, portanto, que a interpretação desse sujeito – em um contato inicial com o *corpus* de seu trabalho de pesquisa – refletiria/espelharia, de algum modo, a interpretação do outro/falante da língua (por exemplo, a mãe), a qual, por sua vez, estaria refletindo/espelhando a fala da criança.³ Entretanto, o reflexo nesses espelhos não se daria tranquilamente, pois colocaria o investigador diante de uma *suspeita* a qual passará a constituir o núcleo desta discussão, na medida em que estaria apontando para a referida singularidade.

O MOVIMENTO DO INVESTIGADOR NO ESPELHO

Procuraremos indicar uma maneira como o investigador seguiria o movimento no espelho, anteriormente mencionado. Para isso, contudo, precisaremos recortar a idéia de *intenção comunicativa partilhada entre mãe e criança*, a qual constituiria um primeiro passo nesse movimento. Desse modo, faremos apelo ao enfoque da pragmática em aquisição de linguagem, mencionando, rapidamente, a abordagem clássica de Dore (1979), que realça o papel do reconhecimento, pelo adulto, das intenções comunicativas da criança. Segundo esse autor, o êxito da comunicação deve-se, em suma, ao fato de que “a mãe sabe que questões a criança poderia responder e a criança sabe que questões a mãe provavelmente faria” (p. 350, tradução e ênfases minhas). A partir daí, esse autor sugere que o investigador deve levar em conta os conhecimentos e as intenções compartilhados, isto é, deve reconhecer as intenções comunicativas da criança, através da interpretação da mãe que é a pessoa que sabe dessas intenções.

No entanto, alguns aspectos devem ser discutidos nessa proposta: em primeiro lugar, o reconhecimento, pela mãe, das intenções comuni-

cativas da criança. Queremos apontar – com fundamento em Ochs e Shieffellin, 1995 – que um tal reconhecimento significaria uma atribuição e não uma apreensão de intenções, uma vez que dificilmente se poderia assumir que as intenções e os conhecimentos estivessem previamente formados na criança, podendo ser expressos através de sua fala, em um momento tão inicial de seu percurso lingüístico. Nesse sentido, diferentemente de Dore (1979), destacamos que a mãe *supõe* saber as intenções da criança de transmitir um determinado sentido através de suas produções verbais, sem, entretanto, pretendermos diminuir a importância dessa *suposição* durante a trajetória de constituição do falante. Por sua vez, podemos sugerir que, ao supor no sujeito a presença de intenções e de conhecimentos prévios, a mãe estaria tomando, como referência, suas próprias intenções e seus conhecimentos e, desse modo, estaria aproximando a fala da criança de sua própria fala, ou mesmo tornando-as coincidentes em alguns pontos. Uma tal aproximação deixaria, assim, pouco visível o caráter singular da fala da criança em relação à do adulto.

Interrogamos então: *Se a função do investigador consistisse em reconhecer a intenção da criança através do reconhecimento, pela mãe, dessa intenção, não estaria também ele apagando a diferença, a singularidade da fala do infante?*

Indagamos também: *Não se estaria, em última análise, apagando a diferença entre a função do investigador e a posição ocupada pela mãe, no diálogo, diferença essa que, pelo menos implicitamente, tem sido assumida como ponto de partida nos vários estudos na área?*

Realçamos que a função do investigador consistiria em estabelecer a diferença entre a interpretação da mãe (no diálogo com a criança) e a sua própria interpretação, a fim de atingir a singularidade da fala infantil.

Desse modo, a singularidade como objeto do campo da aquisição de linguagem – como foi exposto antes – constitui, paradoxalmente, o seu grande desafio.

Perguntamos ainda: *Como fazer face a esse desafio?*

Não temos a pretensão de indicar respostas ou soluções, mas tentaremos apenas apontar para algumas sugestões, deixando em aberto as questões aqui levantadas. Vejamos, portanto, os seguintes episódios extraídos do Banco de Dados do Projeto de Aquisição de Linguagem do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) – Unicamp:⁴

C=criança M=mãe

(1) (C – 2;0.8 - está pronta para ir ao aniversário de um amiguinho.)

M – De onde é essa chave?

C – Fom fom dá

M – Da onde é essa chave?

C – Fom fom

M – Do carro? Bonito esse chaveiro da C verde.

C – *Deceu vede* /esse num é/ esse/ maon

M – Esse é marrom?

C – É

M – Não, é verde. Abre a boca prá tomar remédio.

C – Tô coçan/ tá coçando

(2) (C – 2;6.13 e M diante de uma revista)

M – Viche! Vai melear todo ele, né?

C – Num vai não

M – Não vai? Vai fazer uma meleca grande nele.

C – O/ qui é veche/ *nu quelho/ vede/* quierre

M – É um cachorro

Vale indicar que as produções infantis *Deceu vede* (episódio 1) e *nu quelho vede* (episódio 2) provocaram um certo efeito de estranhamento no investigador. Por sua vez, o primeiro enunciado (*Deceu vede*) relacionou-se, de algum modo, ao tema de nomeação de cores, enquanto o segundo (*nu quelhu vede*) se ligou ao tema de nomeação de figuras de animais, na interpretação da mãe. Desse modo, ao desempenhar seu papel de atribuir à fala da criança uma *intenção* de comunicar sentidos, o adulto faz o diálogo seguir adiante, isto é, faz o diálogo progredir. Trata-se, em outras palavras, de um movimento, predominantemente, de progressão, no diálogo, movimento esse que estaria ligado ao referido papel do interlocutor adulto (no caso, a mãe). No entanto, propõe-se que o investigador deve tirar as conseqüências de um certo efeito de estranhamento provocado pelas produções infantis exemplificadas (*Deceu vede* e *nu quelho vede*), passando a suspeitar daqueles sentidos atribuídos pela mãe aos significantes da criança.

Em decorrência dessa proposta, a interpretação do investigador não recairia apenas sobre os fragmentos de diálogo recortados – em que a heterogeneidade da fala da mãe, em relação aos significantes infantis seria, de algum modo, visível –, porém, retroagiria a produções que apareceram em momentos anteriores, como *quero vê/quelo vê, é verde/é vede, deixou vê/deixo vê*, etc. Melhor dizendo, nessa retroação, seriam convocadas situações anteriores em que mãe e criança produziram enunciados com *ver* e *verde*, de modo aparentemente homogêneo, sendo, portanto, essa homogeneidade colocada em questão. Convém destacar que a noção segundo a qual mãe e criança partilham uma intenção comunicativa servira de base às interpretações iniciais do investigador, no que diz respeito às produções infantis referidas. Assim, a mencionada retroação teria posto em dúvida a partilha de intenções comunicativas entre mãe e criança, em relação aos enunciados que continham *ver* e *verde*.

Como foi visto, no tocante ao investigador, trata-se de uma submissão, não só a um movimento de progressão (para frente), mas, sobretudo, a um movimento de retroação (para trás) diante da relação dialógica mãe–criança, o que lhe permitiu suspender a intenção atribuída à criança pela mãe. Dizendo de outro modo, esse duplo movimento teria feito surgir, no investigador, uma atitude de suspeita, pois o teria levado a duvidar que não poderia saber em que sentido a criança estaria usando seus significantes. Torna-se, portanto, especialmente visível um efeito de *opacidade* provocado pela fala da criança sobre o seu intérprete (no caso do interesse deste trabalho, sobre o investigador). Vale notar que De Lemos (2000 e 2002) já havia concebido o caráter *opaco* das produções verbais infantis, propondo que, em um momento muito inicial da trajetória lingüística do sujeito, o que retorna da fala da mãe na fala da criança são significantes cujo significado seria uma interrogação. Tal opacidade estaria então apontando para uma não-coincidência entre a fala da mãe e a fala da criança. Repetimos que a apreensão dessa não-coincidência somente foi possível através de um movimento retroativo do seu intérprete (o investigador).⁵

Por sua vez, ao conceber o *efeito de estranhamento* que a produção infantil provoca sobre o seu intérprete, De Lemos (2002) propõe que o enigma colocado pela fala da criança põe em questão a interpretação do investigador, na medida em que põe em questão uma *decisão sobre o sentido*. Desse modo, nos episódios 1 e 2, diante da produções

de C: *Deceu vede e nu quello vede*, o investigador oscilaria entre os sentidos de *ver*, e de *verde*, sem poder se decidir por algum desses sentidos. Não poderia, enfim, afirmar a existência de uma intenção, na fala da criança, através do pressuposto de que a mãe conhece tal intenção. A partir daí, a única coisa que se poderia propor é que a intenção da criança é opaca ou, no mínimo, diferente daquela que foi reconhecida/atribuída pela mãe.

Não parece demais repetir que a mãe estaria aproximando as produções singulares da criança à sua fala, atribuindo-lhes uma intenção relacionada a um sentido predeterminado, ou seja, aos sentidos dos nomes de *cores* e de *animais*, no caso dos exemplos referidos. Entretanto, supõe-se que o sujeito, em sua função de investigador, aceitaria o desafio de não atribuir também uma tal intenção. Desse modo, seria possível propor que a fala da criança, considerada como significante, ou como combinações e recombinações inesperadas de significantes, seria diferente da fala do adulto (mãe ou investigador). Por sua vez, com base em tal proposta, seria também indicada, em aquisição de linguagem, uma heterogeneidade entre o papel da mãe e a função do investigador, a quem caberia marcar a diferença, a singularidade que a fala da criança representa em seu instante de mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convém ainda destacar que o movimento do investigador no espelho – caracterizado como uma situação de suspeita – é aqui concebido como um instante na constituição de sua própria subjetividade de investigador.

Assim, na situação de suspeita exemplificada, o funcionamento da língua seria vislumbrado através de uma fenda provocada na suposta homogeneidade, tendo sido essa homogeneidade constituída em torno do conceito de *intenção comunicativa compartilhada*. Em outras palavras, os sentidos e as intenções comunicativas atribuídos, pelo investigador, aos enunciados infantis: *quero vê/quelo vê, é verde/é vede, deixou vê/deixo vê* foram, inicialmente, concebidos como homogêneos em relação à fala do adulto (mãe). Nesse momento, o investigador teria concebido uma intenção comunicativa partilhada entre mãe e criança como sendo o fundamento para uma atribuição de sentidos aos enunciados infantis.

Entretanto, o confronto com um efeito de estranhamento teria feito retornar, nele, um funcionamento estrutural da língua, o qual, por sua vez, teria quebrado a referida homogeneidade (aparente), ou seja, teria indicado, retroativamente, uma não-homogeneidade entre a fala da mãe e a fala da criança.

Vale retomar a observação feita, anteriormente, segundo a qual o espelho constituiria o sujeito (no nosso caso, o investigador). Poderíamos propor então que o espelho, como função constituinte, teria estatuto de *suspeita*. Dizendo de outro modo, o espelhamento propriamente dito englobaria o instante mesmo da *suspeita*. Trata-se de concebê-lo como um instante intermediário na constituição do sujeito (o investigador), possuindo, portanto, um caráter transformador desse sujeito. Com base em Lacan (1998), podemos sugerir que esse espelho (essa suspeita), ao mesmo tempo em que mostraria uma *insuficiência*, teria um caráter *antecipatório*. Tentando tornar um pouco mais claro, a suspeita faria o investigador retroagir, isto é, voltar a considerar um instante anterior da investigação, o que daria visibilidade à insuficiência da *intenção comunicativa compartilhada*, em torno da qual uma suposta homogeneidade teria se formado e, assim, colocaria em questão essa homogeneidade. Por sua vez, ao dar visibilidade a essa insuficiência, a suspeita anteciparia o sujeito, ou melhor, anteciparia a função singular do investigador. Tal singularidade consistiria, portanto, em instituir a diferença que a fala da criança representa, ou seja, consistiria em separá-la do adulto/falante da língua.

É importante ainda destacar que, diante do espelho, dois caminhos poderiam ser seguidos pelo investigador. Um deles consistiria em *esquecer a suspeita*, na tentativa de restaurar a homogeneidade ameaçada. Estaria, assim, configurada uma função restauradora do espelho. Este seria então concebido como uma homogeneidade, isto é, como um fim em si mesmo, um objetivo a ser alcançado e não como uma função transformadora.

Um outro caminho consistiria em se confrontar com a *suspeita*, buscando explicitá-la. Essa busca, por sua vez, significaria uma tentativa de não apagar a diferença, ou melhor, uma tentativa de atender ao compromisso com a singularidade da fala da criança. Em outras palavras, isso consistiria em assumir o espelho com seu estatuto constituinte que antecipa o sujeito-investigador, em sua função de reconhecer a diferença, mesmo na (aparente) homogeneidade, com todas as dificuldades que um tal reconhecimento acarreta.

Propomos, para encerrar, que essas dificuldades talvez apontem para o fato de que o investigador em aquisição de linguagem estaria, em última análise, reconhecendo a sua própria singularidade.

ABSTRACT

This paper aims to focus on the singularity of child language at a certain moment on their linguistic journey. By selecting some children's utterances, questions were raised about the specific roles of both mother and researcher when faced with such utterances.

Key words: language acquisition; researcher; singularity; communicative intention.

NOTAS

1. Este texto foi produzido a partir da realização de um Projeto de Pesquisa (CARVALHO, 2003) financiado pelo CNPq.
2. Sobre o papel estruturante da interpretação, destaca-se o trabalho de Lier De-Vitto (1998).
3. Convém notar que Pereira de Castro (1997), ao estudar a interpretação da mãe, apontou para uma tensão entre semelhança e diferença, nessa interpretação.
4. A referida análise faz parte da execução de Projeto de Pesquisa (CARVALHO, 2003) e encontra-se em alguns trabalhos que decorreram desse projeto.
5. Esse movimento retroativo da suspeita, na escuta do *corpus*, foi assumido pelo grupo de investigadores na linha de pesquisa proposta por De Lemos.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, G. A exclusão da singularidade em questão: o erro como diferença em aquisição de linguagem. *Relatório de atividades*. Brasília, CNPq, 2003
- _____. Levantamento de questões sobre a noção de partilha no campo da aquisição de linguagem. *Revista do Gelne*, v. 6, n. 1, 2004. p. 57-67.
- DE LEMOS, C. Questioning the notion of development: the case of language acquisition. *Culture & Psychology*, v. 6, n. 2, 2002. p. 183-196.

_____. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 42, p. 41-69, 2002.

DORE, J. Conversational acts and the acquisition of language. In: OCHS, E.; SCHIEFFELIN, B. (Orgs.) *Developmental Pragmatics*. New York: Academic Press, INC, 1979. p. 339-362.

FREUD, S. O estranho. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1972[1919].

KESSEL, T. (Org.) *The development of language and language researchers: essays in the honor of Roger Brown*. Londres: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1982.

LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LEMOES, M. T. *A língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição de linguagem*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

LIER-DE VITTO, M. F. *Os monólogos da criança: delírios da língua*. São Paulo: Educ-PUC, 1998.

OCHS, E.; SCHIEFFELIN, B. The impact of language socialization on grammatical development. In: FLETCHER, P.; MACWHINNEY, B. (Orgs.) *The handbook of child language*. Cambridge: Blackwell Publishers Ltd., 1995. p. 73-94.

PEREIRA DE CASTRO, M. F. A interpretação: a fala do outro e a heterogeneidade da fala da criança. *Letras – Revista do Mestrado em Letras da UFSM (RS)*, Santa Maria, n. 14, 1997. p.125-138.